

Agenda 21 Brasileira: a utopia concreta

ASPÁSIA CAMARGO

OITO anos depois da Eco-92, o Brasil apresenta à sociedade o documento preliminar oficial da nossa Agenda 21, o "Agenda 21 Brasileira - Bases para Discussão". Isso graças ao trabalho da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS) e da Agenda 21 Brasileira, criada por decreto presidencial em fevereiro de 1997 e composta por cinco ministérios e cinco entidades representativas da sociedade civil e dos setores acadêmico e produtivo, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente. Nessa primeira etapa, o trabalho de três anos da comissão foi longo e exaustivo por causa da amplitude e da complexidade dos assuntos tratados e também dos ritmos, recursos e prioridades de seus diferentes membros. Pesou ainda, contra a comissão, a incompreensão e a desconfiança inicial em torno da Agenda 21 Global, um documento genial, ambicioso e detalhista, até certo ponto hermético, embora legitimado pela mais ampla adesão dos países em favor de um novo modelo de desenvolvimento, ou melhor, o chamado desenvolvimento sustentável.

A leitura da agenda feita pela CPDS vai além da dimensão estritamente ambiental e ressalta com ousadia o que a Agenda 21 Global redefine como papel e multiplicidade dos parceiros ou atores para a gestão integrada dos processos administrativos e das políticas públicas e para o processo participativo de negociação dos conflitos, rompendo com o populismo e a passividade das populações envolvidas.

No plano dos valores coletivos, pesquisas realizadas pelo Ministério do Meio Ambiente revelam o surpreendente entendimento da população brasileira sobre a correlação entre os temas ambientais, sociais e econômicos. O equilíbrio entre a sociedade e a natureza converte-se, assim, em valor coletivo a ser estimulado como contraponto ao ultrapassado conceito positivista de progresso.

De fato, o velho paradigma, tão impregnado da mentalidade industrial e política, incluía o desperdício de recursos naturais como uma prática corrente, tanto quanto a poluição e a devastação na ocupação do território e na utilização do solo. Tidos como abundantes e inesgotáveis, esses recursos já apresentavam visíveis sinais de esgotamento e de escassez. Hoje, o território brasileiro já conta com quase 1 milhão de hectares em franco processo de desertificação, imensos rios poluídos com redução de volume d'água e o crescimento assustador das áreas degradadas.

Levando em conta que o Brasil é atualmente um país tipicamente urbano, com cerca de 80% de sua população vivendo nas cidades, podemos dizer que herdamos dos países ricos e da organização industrial deles importada, uma

sociedade de massas cada vez mais perulária, vivendo do consumo conspícuo e para a permanente renovação e substituição de seu estoque de bens materiais.

Contrastando com as iniquidades sociais existentes nos guetos urbanos, os meios de comunicação se encarregam de agravar as tensões sociais existentes, promovendo e difundindo elevadas aspirações de consumo supérfluo que vêm alimentando a violência urbana e a ascensão social baseada em atividades ilícitas.

A revolução tecnológica produz desemprego e subemprego nas cidades, agravados pela carência de uma política habitacional que evite a ocupação ilegal de áreas preservadas e de encostas de morros, que provocam enchentes e deslizamentos. A deficiência dos transportes coletivos em favor do transporte individual aumenta o tempo de locomoção e engarrafas as grandes cidades. Essa grave carência de serviços públicos é acirrada pela inexistência de sistemas de tratamento do esgoto e do lixo, grande causador de doenças endêmicas e epidêmicas nas regiões metropolitanas e em sua periferia abandonada.

Equilíbrio de sociedade e natureza converte-se em valor coletivo, contrapondo-se ao antigo conceito de progresso

Por todas essas razões, a Comissão da Agenda 21 Brasileira decidiu privilegiar como temas centrais da agenda nacional as cidades e a agricultura, hoje em franca rota de colisão com a sustentabilidade. O tema de máximo consenso nacional foi o da redução das desigualdades sociais, especialmente nas áreas onde a miséria se concentra. A questão da infra-estrutura e da integração regional exigiu, por sua vez, a necessidade de contemplar tanto as regiões saturadas quanto o Norte e o Centro-Oeste, ainda iniciando o seu processo de desenvolvimento. Em ambas, torna-se imperioso aumentar a produtividade agrícola e aproveitar melhor áreas já desmatadas, ou degradadas, reduzindo os custos ambientais da ocupação territorial, das atividades produtivas e do impacto da energia e dos transportes em áreas de alta biodiversidade, na região amazônica ou no cerrado.

Propulsora de grandes mudanças, a Agenda 21 Brasileira pretende enterrar de vez o velho modelo industrial predatório, com as desigualdades sociais e deficiências ainda herdadas de uma sociedade colonial e escravista.

Enquanto a comissão silenciosamente trabalhava, seu espírito se difundia pelas pequenas e grandes cidades, por meio de fóruns e conselhos de desenvolvimento sustentável, que estão se multiplicando por meio de prática participativa inédita. Muitos desses processos estão ainda contaminados pela política tradicional, mas a agenda recomenda que conselhos mais amplos integrem esses diferentes atores em uma política comum e convergente para evitar a doença da dispersão e da fragmentação, que debilita o processo democrático e dificulta a tomada de decisões.

Com a Agenda 21 é possível coordenar ações locais que tratem ao mesmo tempo da saúde e da educação, dos direitos humanos e do meio ambiente, tanto quanto do orçamento participativo, que começa a se implantar em alguns municípios. A recomendação é, portanto, acelerar a implantação da Agenda nos municípios, bairros, microrregiões, tanto quanto nas escolas e nos hospitais.

Despolitizar os serviços municipais, melhorar a gestão, controlar a implantação dos projetos e os seus custos financeiros e mobilizar o usuário são exigências que tornarão esses conselhos menos ameaçadores e menos vulneráveis a disputas políticas e ao clientelismo partidário.

Induzindo um novo paradigma produtivo, uma nova organização da sociedade e um novo processo de negociação dos conflitos, seu objetivo final é implantar a gestão integrada e participativa das políticas públicas, melhorando seus resultados e sua qualidade. Eliminar resíduos e reduzir desperdícios, economizar recursos naturais, combater o consumismo e fortalecer a coesão social e o associativismo são metas tão importantes quanto a racionalização das políticas públicas e a redução de seus custos.

Anunciando nas entrelinhas uma utopia concreta e realizável, a Agenda 21 é um ovo de Colombo com mensagens globais a serem nacional e localmente adaptadas e reinterpretadas.

Definir solitariamente metas nacionais seria ousadia demais para uma comissão que honestamente se propôs ser apenas a mediadora e a incentivadora de um pacto ético pela sustentabilidade, que depende agora dos debates estaduais a se realizar no período de setembro a dezembro, e dos encontros regionais da Agenda 21 Brasileira, no primeiro trimestre do próximo ano. A primeira edição da Agenda 21 nacional deverá ser lançada oficialmente e entregue à Presidência da República e ao Congresso Nacional até junho de 2001.

Aspásia Camargo é socióloga e membro da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21, onde representa a Fundação Getúlio Vargas. Foi secretária-executiva do Ministério do Meio Ambiente (1995-97).